
EDUCAÇÃO E MOVIMENTO HOMOSSEXUAL: REFLEXÕES *QUEER*

Marcos Ribeiro de Melo¹

RESUMO

As análises sobre os novos movimentos sociais apontam a importância das identidades coletivas para o seu funcionamento. Contudo, segundo os teóricos *queer*, as identidades coletivas devem ser reavaliadas pelos movimentos sociais, pois seu caráter unitário também propicia processos de exclusão. Partindo do pressuposto de que o movimento homossexual pode ser compreendido como educativo, na medida em que é um espaço de socialização e de produção de subjetividades, o presente artigo intenta, baseando-se nos trabalhos de Judith Butler, Joshua Gamson, Tamsin Spargo, entre outros teóricos *queer*, problematizar o fato de que as práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento Homossexual estabelecem “marcas”, “modelos” e “verdades” sobre o que é ser homossexual. Conclui-se que, provavelmente, as práticas educativas dos grupos homossexuais estão vinculadas à compreensão da existência de identidades de gênero e sexuais fixas, muradas por uma pretensa estabilidade dos corpos, excluindo assim variações de subjetividade, corpos, desejos e ações.

INTRODUÇÃO

Os movimentos identitários, pós década de 1960, também conhecidos como novos movimentos sociais, têm proposto a problematização das relações de poder que giram em torno das produções sociais das identidades e das diferenças, buscando, basicamente, o respeito aos direitos fundamentais e à liberdade dos indivíduos. Todavia, deve-se perceber que estas relações identidades/diferenças são fortemente marcadas por relações de poder e, neste sentido, a afirmação das identidades e a marcação das diferenças implicam sempre em operações de incluir e de excluir, de classificar e hierarquizar.

No mundo social, uma importante forma de classificação e hierarquização é aquela que se estrutura em torno das oposições binárias. Nestas oposições há sempre uma divisão assimétrica: um grupo é privilegiado, recebendo valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. É a partir desta lógica que várias relações de identidade e diferença se ordenam, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. (SILVA, 2000)

Gohn (2000) evidencia que entre as principais características dos novos movimentos sociais, destacam-se a criação e a defesa de identidades coletivas que permeiam as ações dos grupos. Essas identidades seriam definidas pelos membros dos grupos a partir de suas propostas de intervenção e modificação social.

¹ Mestre em Educação (NPGED/UFS) e Professor Assistente do Núcleo de Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe/Centro Campus Prof. Alberto Carvalho. E-mail: marcosribeiro@ufs.br

Nesta perspectiva, os estudos sobre os novos movimentos sociais têm privilegiado, nas análises explicativas sobre o seu funcionamento, a vinculação entre as ações dos sujeitos e a construção de identidades coletivas. Para Melucci (2001), por exemplo, esta identificação é tão necessária que se torna difícil explicar o que levaria os atores a se mobilizarem em torno de um objetivo comum. Contudo, segundo algumas perspectivas teóricas, as identidades coletivas devem ser reavaliadas pelos movimentos sociais, pois seu caráter unitário também propicia processos de exclusão. A respeito do Movimento Homossexual, Eribon (2008) afirma que a autodefinição coletiva é um desafio de lutas entre os homossexuais e, assim, a “identidade” não é nem um programa, nem um passado nem um futuro, mas um espaço de contestações e de conflitos políticos e culturais.”

Assim, se para o Movimento Homossexual das décadas de 1970 e 1980, afirmar-se gay ou lésbica era simplesmente motivo de orgulho e já considerado o bastante na formulação de políticas públicas específicas, isto não parece ser suficiente nos dias atuais.

Os questionamentos acerca dos pertencimentos identitários parecem ter sido iniciados pelos teóricos *queer*². Fundamentando-se, basicamente, nas idéias de Michel Foucault (1988; 1984; 1985) e de Judith Butler (2003; 2005), os teóricos *queer* percebem as políticas homossexuais e as afirmações identitárias, como disciplinares e reguladoras, “excluindo variações de possíveis subjetividades, corpos, desejos, ações e relações sociais”. (SEIDMAN, 1996, p.12)

Nesta direção, segundo Spargo (2004, p. 42), ao longo da década de 1980, o ideal de identidade coletiva se desfez em pedaços, “as versões da experiência gay/lésbica promovidas nas campanhas políticas foram criticadas por privilegiar os valores da classe média branca.”

Spargo (2004) analisa que o principal problema encontrado nos movimentos sociais gays e lésbicos é o estranhamento da bissexualidade, do travestismo e da transexualidade, segmentos que põem em crise a perspectiva de identidades estáveis, entrando em conflito com as políticas identitárias gays e lésbicas. Isto se deve, necessariamente, a característica central do modelo gay/lésbico que reivindica, como principal característica de sua sexualidade, o fato de seus objetos de desejo serem do mesmo sexo.

Diante das idéias expostas, o presente artigo tem por objetivo problematizar as práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento Homossexual partindo do pressuposto de que elas estabelecem “marcas”, “modelos” e “verdades” sobre o que é ser homossexual. Para este fim, as discussões aqui estabelecidas estão baseadas nos

² O termo *queer*, segundo Louro (2004), pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro e extraordinário, todavia é também uma expressão pejorativa que designa homens e mulheres homossexuais. Este termo foi assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais como crítica à heteronormatividade compulsória da sociedade e também à “normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual.” (LOURO, 2004, p.38)

trabalhos de Judith Butler, Joshua Gamson, Tamsin Spargo, entre outros teóricos *queer*.

EDUCAÇÃO, HOMOEROTISMO E MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Para Bourdieu (2005), é através de mecanismos educativos que as representações estigmatizantes sobre a homossexualidade ganham caráter de naturais, evidentes e válidas. Numa ação inversa, também educativa, mas não menos naturalizante, o Movimento Homossexual tenta desconstruir essa relação de dominação à qual são submetidos os homossexuais. Dentro desta perspectiva, pode-se conceber o Movimento Homossexual como um espaço educativo, de socialização e de produção de subjetividades.

Entender o Movimento Homossexual como espaço educativo envolve o esforço de ressignificar os conceitos de Educação para além da Pedagogia, percebendo a Educação e os processos de socialização dos sujeitos para além dos processos escolares e de uma educação baseada, simplesmente, no processo ensino-aprendizagem. Ferrari (2004) afirma que a educação é um campo de criação de subjetividades, um local onde o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer. Neste sentido, o Movimento Homossexual pode ser entendido como educativo, na medida em que contribui “para elaborar novas formas de conhecimento para além de seus integrantes e para além da homossexualidade.” (FERRARI, 2004, p.104)

Contudo, não se pode conceber a relação entre Movimento Homossexual e Educação de maneira simplista. Esta também parece ser uma relação ancorada em tensões e contradições. O próprio Ferrari (2005) enfatiza que, talvez os grupos de militância homossexual estejam se transformando em locais de disciplinamento de corpos, criando modelos de “homossexualidade”.

Os grupos passam a ser locais de construção dos discursos e dos saberes em torno da homossexualidade e do que é o homossexual, o que faz com que a análise do trabalho dos grupos se traduza em uma oportunidade de verificar como o poder se tornou elemento capaz de explicar como se produzem esses discursos e saberes e como os sujeitos são construídos na articulação entre eles. (FERRARI, 2005, p. 208)

Tomando a sexualidade, não como um dado da natureza que se deve revelar, mas um dispositivo histórico e, portanto, uma grande rede da superfície “em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1988, p.100), deve-se buscar nas práticas e nos discursos de uma

determinada época, a compreensão de conceitos como “homossexualidade”, identidades de gênero e sexual.

Desta maneira, embora o homoerotismo tenha existido em todas as sociedades, sendo ora aceito, ora rejeitado, somente a partir do século XIX, nas sociedades industrializadas, se desenvolveu a categoria “homossexual” e também uma identidade fixa para os mesmos (WEEKS, 2001). Costa (1999) e Oliveira (2004) asseveram que os padrões burgueses instituídos a partir do século XVIII, tiveram papel determinante para a conformação dos comportamentos e dos corpos masculinos e femininos. Os ideais burgueses tiveram papel determinante nas representações da masculinidade e feminilidade e, também, para o enquadramento daqueles que se situavam fora dos padrões estabelecidos. Entre outros “anormais”³, a Modernidade inventou o “homossexual”.

Corroborando esta compreensão, Costa (1995, 2002) propõe que a “homossexualidade” é uma realidade lingüística e não uma realidade natural e, desta maneira, deve ser historicamente circunscrita. A “homossexualidade”, portanto, não diz respeito a uma realidade psíquica e sexual, mas a uma realidade culturalmente arbitrária.

Inventada a “homossexualidade”, ela passa a ser percebida como um desvio em oposição à outra invenção do século XIX, a “heterossexualidade”, esta constituída como a norma. Todavia, é interessante notarmos que, como aponta Foucault (1988), o próprio discurso que inventa a “homossexualidade” é apropriado por aqueles que assim são descritos, pois “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.” (FOUCAULT, 1988, p.95) Neste sentido, lembra-nos o filósofo que:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência, e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e ‘hermafroditismo psíquico’ permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de ‘perversidade; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso ‘de reação’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 1988, p.96)

Segundo Spargo (2000) é possível distinguir neste modelo de discurso “de reação” o germe da política identitária. Parecem mais claras, a partir destas

³ Segundo Foucault (2002) o grupo dos anormais construída ao longo dos séculos XVIII e XIX é formado a partir de três elementos que se constituem não exatamente de maneira sincrônica: o monstro humano, o indivíduo a corrigir e o onanista.

considerações, as contradições a partir das quais os movimentos identitários, em específico aqui o movimento “homossexual”, foram fundadas. O binarismo heterossexualidade/homossexualidade, a partir do qual o Movimento Homossexual se sustenta, oculta as relações de poder existentes em sua constituição e manutenção, pois ele está pautado em operações de ordenamento. Corroborando esta análise, Veiga-Neto (2001) sugere que a Modernidade, período onde este binarismo surge, caracteriza-se por um tempo marcado pela vontade e pela busca da ordem, “um tempo de intolerância à diferença, mesmo que essa intolerância esteja encoberta e recalçada sob o véu da aceitação e da possível convivência [...]”. (VEIGA-NETO, 2001, p.112)

IDENTIDADES MURADAS E POLÍTICAS *QUEER*

A criação de modelos, saberes e discursos sobre a homossexualidade nas práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento Homossexual estão, provavelmente, vinculados à compreensão da existência de identidades de gênero e sexuais fixas, muradas pela estabilidade dos corpos. Numa direção contrária, os trabalhos de Butler (2003; 2005) dão sensíveis contribuições para uma desconstrução destas reflexões, propondo análises desnaturalizantes.

As origens de suas discussões estão vinculadas, inicialmente, ao questionamento da categoria “mulher”, até então tida como imprescindível para as políticas feministas. Suas idéias tomam os gêneros e os corpos como ficções reguladoras.

O “nós” feminista é sempre e somente uma construção fantasística, que tem seus propósitos, mas que nega a complexidade e a indeterminação internas do termo, e só se constitui por meio da exclusão de parte da clientela, que simultaneamente busca representar. Todavia, a situação tênue ou fantasística “nós” não é motivo para desesperança. A instabilidade radical da categoria põe em questão as restrições fundantes que pesam sobre a teorização política feminista, abrindo outras configurações, não só de gêneros e de corpos, mas da própria política. (BUTLER, 2003, p.205)

Demonstrando a inviabilidade de se afirmar a existência de mulheres “de verdade” das políticas feministas, Butler (2003) expõe a compreensão de que a dicotomia homem/mulher não se sustenta. Fato que também tem reflexos sobre a política identitária gay/lésbica, embaralhando as fronteiras até então fundamentadas na estabilidade dos corpos e dos gêneros.

Segundo Butler (2003) os gêneros e os corpos são *performativos*, ou seja, a essência ou identidade que pretendem expressar

são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem a realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia e pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a integridade do sujeito. (BUTLER, 2003, p.194-195)

Ainda nesta direção, Butler (2005) afirma que nenhum termo ou declaração pode funcionar performativamente sem uma historicidade acumulada e dissimulada de sua força. Seria este o fim das políticas dos movimentos identitários e das identidades reivindicadas? Para os teóricos *queer*, inclusive para Judith Butler, não necessariamente. Ao tecer considerações sobre o emprego do termo *queer*, Butler (2005) estabelece que o uso de termos como “mulheres”, “gay” e “lésbica” continua sendo politicamente indispensável para se refutar seu emprego homofóbico no campo legal, nas atitudes políticas, nas ruas e na vida privada. Em suas palavras, “um necessário erro de identidade”.

A desconstrução da política “*queer*” não tem porque paralisar o emprego de tais termos, ainda que, idealmente deveria estender seu alcance e nos fazer considerar a que preço e com que objetivos se empregam os termos e através de que relações de poder se engendraram tais categorias. (BUTLER, 2005, p.322)

Butler (2005), portanto, nos convida ao questionamento das produções das categorias e modelos que são utilizados para politização das identidades e dos desejos. Seguindo esta lógica, se entendermos que os mecanismos de politização estão vinculados às práticas educativas do movimento que, por sua vez, têm por objetivo a cooptação de membros e a produção de subjetividades, perceberemos que é importante darmos atenção às categorias defendidas e excluídas pelo movimento.

Sobre a relação políticas identitárias e políticas *queer*, Gamson (2002) pontua “que o desafio que enfrentam os analistas não é determinar qual das posições é a correta, mas assumir o fato de que ambas as lógicas têm sentido.” (GAMSON, 2002, p.143). O teórico propõe que o desafio contemporâneo para os estudiosos da temática seria o estudo da relação entre as duas lógicas, na medida em que se percebe que as identidades coletivas são necessárias e prejudiciais. Surgem, portanto, novos questionamentos, pois quando

[...] se tem em conta esta dinâmica, surgem novas perguntas e a questão de como se negociam, são construídas e se estabilizam as identidades coletivas, por exemplo, se torna bem mais dinâmica: para quem, quando e de que maneira são as identidades coletivas estáveis *necessárias* para a ação e a mudança social? Existem

movimentos identitários que, de fato, evitem a tendência de se auto-marginalizar?”(GAMSON, 2002, p. 166)

Estabelecendo uma análise sobre as demandas por reconhecimento/redistribuição e as políticas identitárias, Fraser (2001) faz considerações importantes sobre as políticas voltadas para as, intituladas por ela, “sexualidades desprezadas”. Para a autora, as injustiças sociais e culturais, geralmente, estão imbricadas e se reforçam mutuamente. Desta maneira, Fraser chama atenção para a complexidade que envolve a relação entre as solicitações das políticas identitárias e das políticas *queer*. Dentro desta complexidade está o fato de que ninguém é apenas integrante de uma única coletividade, “gênero e raça, não são claramente separados um do outro. Nem são nitidamente separados da sexualidade e classe. Ao contrário, todos esses tipos de injustiça cruzam-se de modos que afetam os interesses e identidades de todos.” (FRASER, 2001, p.280)

Focalizando estes mesmos dilemas e se debruçando sobre as lutas anti-racistas, Neves (2005) percebeu em seu trabalho empírico no estado de Sergipe, que

a preocupação identitária persiste entre os militantes, o que traz consigo a possibilidade de o Estado ser utilizado para a adoção de práticas que visem a desenvolver uma forma específica de identidade negra. Mas, nesse caso, quem determina o que é a identidade negra? Os militantes dos partidos que estão no poder? (NEVES, 2005, p. 89)

Refletir sobre o movimento “homossexual” sergipano, através deste prisma, também levanta semelhantes inquietações acerca dos parâmetros a partir dos quais são elaboradas as identidades “homossexuais”. Se há políticas públicas voltadas para este segmento social, quem as elabora? Será que a questão distributiva está contemplada? Ou a preocupação, assim como no movimento negro sergipano, diz respeito somente à reivindicação da diferença? Será que a educação construída e propalada pelo movimento “homossexual” sergipano⁴ considera esta problemática? Será ela está fundamentada numa versão europeia ou estadunidense do que é “ser” homossexual?

⁴ Em Sergipe, o Movimento Homossexual figura dentre os mais antigos do país. O extinto grupo “Dialogay”, o primeiro no Estado, foi fundado em 1981 e teve sua dissolução no ano de 2001 por questões trabalhistas. (FACCHINI, 2005) Segundo levantamento realizado em 2008 junto ao Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT) e ao Grupo Gay da Bahia (GGB), há oito associações GLBT em Aracaju, sendo que, dentre elas, quatro trabalham exclusivamente com o público homossexual masculino (Grupo Adhons, Grupo Diversidade de Sergipe, Grupo Homossexual do Bugio e Grupo Axé Kizomba), uma com travestis (Associação de Travestis Unidas), duas com lésbicas (Grupo Athena de Sergipe e MOLS – Movimento de Lésbicas de Sergipe) e apenas uma instituição trabalha com todos os segmentos (Grupo ASTRA). No interior sergipano há outros doze grupos: Gathó (Lagarto), Associação de Transgêneros de Lagarto (ASTRAL), Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana (ASTRAÉS), Associação Gay Simão-diense (Simão Dias), Grupo Arco Íris (Salgado), Grupo Flor De Lis (Lagarto), Grupo Juventude Sempre Alerta(Boquim), Velha Casa GLBT (São Cristóvão), Associação Comunitária Igualdade (Tobias Barreto), Grupo Homo-Cidadã (Itaporanga), Grupo Lésbico De Lagarto (Lagarto) e a Associação GLBT Flor do Sertão (Poço Verde).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das discussões propostas pelo artigo foi possível perceber que a visão das políticas identitárias, ancorada na estabilização das identidades, vem sendo problematizada por teóricos contemporâneos que perceberam sua limitação, pois se num primeiro momento os movimentos sociais reivindicavam direitos a partir da afirmação de identidades aviltadas, num momento seguinte se tem a percepção de que estas mesmas identidades estão imbricadas em relações de poder onde operações de ordenamento e normalização se fazem presentes.

No caso do movimento homossexual as políticas desenvolvidas para o público gays/lésbico, apontam os teóricos/as *queer*, além de apostarem na naturalização e essencialização da “homossexualidade” e, como consequência, também da “heterossexualidade”, observam com determinada reserva a “bissexualidade”, o “travestismo” e “transexualidade”, pois estas ameaçam e misturam as fronteiras que antes pareciam bem delimitadas por pretensas estabilizações de identidades de gênero e sexuais fixas, muradas por corpos estáveis.

Não menos importantes para as reflexões sobre o movimento sociais e, em específico aqui, do movimento “homossexual”, são os debates sobre as demandas por reconhecimento/redistribuição. Estas discussões, como se observou, reforçam a complexidade deste campo de estudo, demonstrando que ninguém pertence somente a uma única coletividade. Neste sentido, desvincular as questões de classe, das relações étnico-raciais, das de gênero e de orientação sexual, compreendendo-as de maneira estanque, é um equívoco.

Interpretar o Movimento “Homossexual” como um espaço educativo, de socialização e de produção de subjetividade, que tenta imprimir suas marcas e “verdades”, construídas a partir de saberes e discursos sobre o que é ser “homossexual”, que exclui variações de subjetividade, corpos, desejos e ações, é apenas um dos aspectos da relação entre o movimento e seus participantes. Se partirmos do pressuposto de que as pessoas que compõem o movimento podem compartilhar estas marcas e “verdades”, mas não necessariamente serem forçadas a vivenciá-las no seu cotidiano, sendo capazes de interpretar e atribuir sentidos e, talvez, entrar em confronto com os discursos e saberes fabricados no movimento, estaremos redimensionando possíveis problemas de pesquisa nesta área.

Tomando esta direção, além de tentar entender que identidades são defendidas pelo movimento, quais as crenças e valores que as sustentam e como elas são construídas, parece pertinente perguntar sobre as estratégias, ações e discursos de inserção no cotidiano dos membros que freqüentam as instituições e que, possivelmente, entram em confronto/contradição com aquilo que é definido pelo próprio movimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. Algumas questões sobre o movimento gay e lésbico. In: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cuerpos que importan: sobre os limites materiais e discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

_____. *Ordem médica e norma familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 25, 2004, p. 105-115.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782004000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Set 2008.

_____. *Quem sou eu? Que lugar ocupo?: grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual*. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2005. Tese de doutorado.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p.245-282

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Um extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (org.). Sexualidades transgressoras: una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002. p. 142-172

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. Rev. bras. Ci. Soc. , São Paulo, v. 20, n. 59, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Ago 2008. doi: 10.1590/S0102-69092005000300006

OLIVEIRA, Pedro Paulo. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SEIDMAN, Steven. Introduction. In: SEIDMAN, Steven (org.). Queer Theory/Sociology. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPARGO, Tamsin. Foucault y la teoría queer. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 37-82